

CADERNO DE QUESTÕES



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2026

Cargo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Docente EBTT)

ÁREA

SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO

Código: 41

MATÉRIA

QUESTÕES

Língua Portuguesa	01 a 05
Legislação e Contexto Histórico da Educação Profissional, Científica e Tecnológica	06 a 10
Conhecimentos Pedagógicos	11 a 20
Conhecimentos Específicos / Conforme a área	21 a 50
Prova Discursiva	—

ATENÇÃO

Transcreva, no espaço apropriado da sua **GRADE DE RESPOSTAS (Folha Óptica)**, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Ninguém pode tirar o seu conhecimento.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS.

INSTRUÇÕES



- 1 Após o recebimento dos materiais, é de responsabilidade da pessoa candidata conferir seus dados pessoais, especialmente nome, documento de identificação e área de inscrição, comunicando imediatamente ao fiscal qualquer divergência identificada.
- 2 Esta PROVA consta de **50** (cinquenta) questões objetivas e **uma** questão discursiva.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 As respostas da Prova Objetiva deverão ser assinaladas na Grade de Respostas mediante o preenchimento integral da elipse correspondente à alternativa escolhida, com caneta esferográfica de ponta grossa e tinta azul ou preta, conforme orientação constante na referida grade.
- 5 **A pessoa candidata que comparecer para realizar a prova não deverá, sob pena de ser excluída do certame, portar relógios, armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, pagers, notebooks, telefones celulares, pen drives ou quaisquer outros tipos de aparelhos eletrônicos, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos/próteses auditivas, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhe cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, exceto quando sua utilização for previamente autorizada pela Comissão do Concurso, em razão de atendimento especial deferido, ou nas hipóteses previstas em lei.** (conforme subitem 6.5 do Edital de Abertura)
- 6 Após o início da prova, a pessoa candidata deverá permanecer em silêncio, não podendo realizar consultas, comunicar-se com outras pessoas candidatas ou utilizar qualquer recurso não autorizado. (conforme subitem 6.14 do Edital de Abertura)
- 7 Durante a realização das Provas Objetiva e Discursiva, **a pessoa candidata poderá manter sobre a mesa apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente**, e alimentos acondicionados em embalagem transparente. As garrafas deverão permanecer abaixo da mesa. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, grafite, marca-texto, borracha ou corretivo. (conforme subitem 7.5 do Edital de Abertura)
- 8 Preencha com cuidado a Grade de Respostas, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa Grade de Respostas a partir do número **51** serão desconsideradas.
- 9 Ao terminar a prova, entregue a Grade de Respostas e a Folha de Resposta da Prova Discursiva ao Fiscal da sala.
- 10 A pessoa candidata deverá observar os seguintes tempos e condições:
 - a) **terá 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para realizar as Provas Objetiva e Discursiva, incluindo o preenchimento da Grade de Respostas e da Folha de Resposta da Prova Discursiva;
 - b) deverá permanecer no local de prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da aplicação;
 - c) poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES somente **após 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** do início da prova.
- 11 Ao término da prova, a pessoa candidata deverá entregar ao Fiscal de Sala a Grade de Respostas e a Folha de Resposta da Prova Discursiva, devidamente preenchidas e assinadas, sendo esses os únicos documentos válidos para correção. O preenchimento desses documentos é de sua inteira responsabilidade e deverá observar as instruções contidas no Edital de Abertura e no caderno de provas. A não entrega desses documentos implicará a eliminação do certame. (conforme subitem 7.9 do Edital de Abertura)
- 12 **A Folha de Resposta da Prova Discursiva não deverá apresentar nome, rubrica, assinatura, sinal, iniciais ou qualquer marca que permita sua identificação.** (conforme subitem 7.19 b do Edital de Abertura)
- 13 O descumprimento das instruções deste caderno ou das normas do Edital de Abertura poderá implicar a anulação da prova da pessoa candidata.



Instrução: As questões 01 a 05 referem-se ao texto abaixo.

PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE

01. De acordo com a mensagem enviada pelo Poder
02. Executivo ao Poder Legislativo, o princípio da respon-
03. sabilidade significa que todo agente público deve
04. possuir uma atuação íntegra, sob o aspecto formal e
05. material.

06. Aparentemente, o referido princípio não significa
07. que o agente público pode ser responsabilizado pelos
08. atos por ele praticados, nessa qualidade, que, nos
09. casos de dolo ou culpa, causem danos a terceiros. Tal
10. possibilidade já é prevista no art. 37, § 6º, da Consti-
11. tuição Federal de 1988, *in fine*, quando assegura o
12. direito de regresso do Estado contra o agente público
13. responsável pelo dano.

14. _____ que parece, o princípio da responsabilidade diz
15. respeito _____ preocupação com a *res publica* que deve
16. possuir o agente público, vale dizer, tratando-se de
17. alguém que atua em nome do Estado, deve o agente
18. público estar ciente da relevância da sua função e
19. demonstrar efetivo compromisso com o interesse
20. público.

21. Verifica-se, assim, que tal princípio tem um
22. componente ético e uma aproximação com mecanismos
23. de integridade na Administração Pública. De acordo
24. com a Recomendação do Conselho da OCDE sobre
25. integridade pública, "a integridade pública refere-se ao
26. alinhamento consistente e _____ adesão de valores,
27. princípios e normas éticas comuns para sustentar e
28. priorizar o interesse público sobre os interesses privados
29. no setor público".

30. [...]

31. É preciso, portanto, que a Administração Pública
32. incentive a construção de um ambiente de integridade,
33. com mecanismos de prevenção e repressão aos atos
34. de corrupção.

35. Promover a integridade significa, por exemplo, o
36. emprego de profissionais técnicos qualificados, mediante
37. concurso público, vale dizer, procedimento formal
38. objetivo e impessoal, que privilegia o mérito, em
39. detrimento da ocupação de cargos por influência
40. política, uma vez que estes terão a natural tendência de
41. privilegiar critérios políticos em sua atuação profissional,
42. enfraquecendo, assim, o ambiente de integridade.

43. O princípio da responsabilidade implica, assim, _____
44. implementação de um plano de integridade na Admi-
45. nistração Pública, evidenciando o compromisso da Alta
46. Administração em disseminar uma cultura de integridade
47. nos órgãos públicos.

Adaptado de: PAULA, Eduardo Loula Novais de. Reforma Administrativa: novos princípios da Administração Pública. *Revista do TCU*, n. 146, 2020, p. 45-46. Disponível em: <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/issue/view/91>>. Acesso em: 07 jul. 2026.

01. Assinale a alternativa que preenche adequadamente as lacunas das linhas 14, 15, 26 e 43, nesta ordem.

- (A) O – à – a – na
- (B) Ao – à – à – a
- (C) Ao – a – à – na
- (D) O – à – a – na
- (E) Ao – a – à – a

02. Abaixo são feitas algumas afirmações acerca de ideias veiculadas pelo texto.

- I - Segundo o texto, o princípio da responsabilidade relaciona-se ao compromisso do agente público com o interesse público e com a relevância da função que exerce.
- II - Segundo o texto, a construção de um ambiente de integridade na Administração Pública depende exclusivamente de mecanismos de repressão aos atos de corrupção.
- III- Segundo o texto, a ocupação de cargos públicos por influência política fortalece a impessoalidade e privilegia o mérito profissional.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

03. Assinale a alternativa que apresenta a correta passagem de segmento do texto da voz ativa para a voz passiva.

- (A) ***todo agente público deve possuir uma atuação íntegra*** (l. 03-04) – ***uma atuação íntegra deve possuir todo agente público.***
- (B) ***o agente público pode ser responsabilizado pelos atos por ele praticados*** (l. 07-08) – ***os atos praticados podem responsabilizar o agente público.***
- (C) ***tal princípio tem um componente ético*** (l. 21-22) – ***um componente ético é tido por tal princípio.***
- (D) ***estes terão a natural tendência de privilegiar critérios políticos*** (l. 40-41) – ***critérios políticos terão privilegiado a natural tendência destes.***
- (E) ***da Alta Administração em disseminar uma cultura de integridade nos órgãos públicos*** (l. 45-47) – ***uma cultura de integridade disseminou a Alta Administração nos órgãos públicos.***

04. Considere as seguintes expressões do texto.

- I - **todo agente público** (l. 03) e **o agente público** (l. 16).
 II - **uma atuação íntegra** (l. 04) e **a construção de um ambiente de integridade** (l. 32).
 III- **da relevância da sua função** (l. 18) e **sobre os interesses privados no setor público** (l. 28-29).

Quais desempenham, no contexto em que ocorrem, a mesma função sintática?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas I e II.
 (D) Apenas II e III.
 (E) I, II e III.

05. Considere os seguintes pares de elementos do texto.

- I - **que** (l. 07) e **que** (l. 17).
 II - **com** (l. 19) e **com** (l. 33).
 III- **assim** (l. 21) e **assim** (l. 43).

Em quais pares os dois elementos pertencem à mesma classe gramatical?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas III.
 (C) Apenas I e II.
 (D) Apenas II e III.
 (E) I, II e III.

06. O Decreto nº 1.171/1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, estabelece que o servidor público deve

- (A) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
 (B) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes e de interessados que visem à obtenção de favores, benesses ou vantagens indevidas decorrentes de ações imorais, ilegais ou aéticas, denunciando sua ocorrência.
 (C) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão.
 (D) deixar de exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, priorizando a manutenção de relações harmoniosas no ambiente de trabalho.
 (E) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.

07. A instituição do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal ocorreu pela Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023. O que é correto afirmar sobre a Lei nº 14.540?

- (A) Para fins do disposto nesta Lei, serão apuradas eventuais retaliações exclusivamente contra as vítimas que tenham denunciado assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual, excluindo-se testemunhas e demais colaboradores dos procedimentos de apuração.
 (B) A Lei nº 14.540/2023 restringe a comunicação das situações de assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual às vítimas diretamente envolvidas, não atribuindo essa possibilidade a outras pessoas que tenham conhecimento dos fatos.
 (C) A Lei nº 14.540/2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual, não se aplica aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que, por serem instituições de ensino com autonomia administrativa, didático-pedagógica e disciplinar, devem criar normativas próprias de prevenção e enfrentamento ao assédio sexual.
 (D) São objetivos do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual: facultar, a órgãos e entidades abrangidos pela Lei, a realização de ações de informação e conscientização apenas quando houver disponibilidade administrativa e aprovação prévia dos órgãos externos competentes.
 (E) Nos termos da Lei nº 14.540/2023, qualquer pessoa que tiver conhecimento da prática de assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual, ou de qualquer forma de violência sexual, deverá denunciá-los e colaborar com os procedimentos administrativos internos e externos.

08. Nos termos do art. 6º da Lei nº 11.892/2008, além de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, constitui também finalidade dos Institutos Federais

- (A) realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.
- (B) ofertar educação profissional técnica de nível médio exclusivamente na forma concomitante, em articulação com os sistemas estaduais de ensino.
- (C) substituir as universidades federais na oferta de cursos superiores de tecnologia e programas de pós-graduação.
- (D) integrar a pesquisa à educação, sendo vedada a realização de atividades de extensão nos Institutos Federais, por se tratar de atribuição exclusiva das universidades federais.
- (E) atuar de forma complementar aos sistemas estaduais de educação básica quanto à formação profissional, exclusivamente na forma subsequente.

09. A Lei nº 14.540/2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, tem como um de seus objetivos

- (A) substituir, no âmbito federal, as disposições do Código Penal relativas aos crimes contra a dignidade sexual.
- (B) capacitar os agentes públicos para o desenvolvimento e a implementação de ações destinadas à discussão, à prevenção, à orientação e à solução do problema nos órgãos e nas entidades abrangidos pela Lei.
- (C) restringir sua aplicação exclusivamente à administração pública federal direta, excluindo autarquias e fundações públicas.
- (D) impedir a atuação de instituições privadas prestadoras de serviços públicos por concessão, permissão ou autorização na execução do Programa.
- (E) instituir sanções penais automáticas, a serem aplicadas pelas próprias instituições públicas, independentemente de processo judicial.

10. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) constitui documento de planejamento estratégico de médio prazo, elaborado com a participação da comunidade acadêmica, devendo conter, entre outros elementos,

- (A) a missão institucional, as diretrizes pedagógicas e a organização administrativa, tendo como finalidade principal orientar exclusivamente a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos e dos planos de ensino das unidades curriculares.
- (B) a missão, os objetivos e as metas institucionais, bem como as estratégias e ações para sua implementação no período de vigência do documento.
- (C) o diagnóstico institucional, o planejamento das atividades acadêmicas e administrativas e as ações de expansão da instituição, com o acompanhamento dos resultados limitado aos indicadores financeiros e orçamentários.
- (D) as diretrizes gerais da instituição, incluindo aspectos relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão, sem estabelecer objetivos e metas institucionais para o período de vigência do documento.
- (E) as ações prioritárias da instituição, com ênfase no planejamento da infraestrutura física e orçamentária, sem contemplar aspectos relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão durante o período de vigência do documento.

11. No curso Superior de Tecnologia em Fabricação Mecânica do IFSC – Câmpus Jaraguá do Sul-Rau, ofertado no período noturno a um público majoritariamente já inserido na indústria da região, um professor planeja suas aulas a partir do perfil profissional de conclusão do curso e dos conhecimentos que os estudantes trazem de sua experiência profissional. Ele articula teoria e prática em bancadas de trabalho colaborativo e ajusta o planejamento ao longo do semestre conforme as demandas trazidas pela turma.

Considerando os fundamentos da didática, da formação docente e do planejamento pedagógico, é **INCORRETO** afirmar que essa prática

- (A) mobiliza, de forma articulada, saberes disciplinares, pedagógicos e experienciais, conforme a literatura sobre saberes docentes, evidenciando uma postura reflexiva do professor.
- (B) aproxima-se de uma perspectiva andragógica, ao incorporar a experiência profissional dos estudantes ao processo de ensino-aprendizagem, em vez de descartá-la.
- (C) contribui para aproximar o planejamento do perfil profissional de conclusão previsto para o curso, ao articular teoria e situações profissionais reais.
- (D) reduz o espaço para a reflexão pedagógica sobre as necessidades da turma, por partir de um perfil de conclusão previamente definido.
- (E) exige que a avaliação individual acompanhe o desenvolvimento de cada estudante nas competências técnicas previstas, ainda que o trabalho em bancadas ocorra em grupo.

12. Sobre a relação entre avaliação da aprendizagem e gestão da aprendizagem em sala de aula, assinale a alternativa correta.

- (A) A avaliação diagnóstica cumpre a mesma função da avaliação somativa, pois ambas subsidiam a atribuição de nota final ao estudante.
- (B) A adaptação de instrumentos avaliativos, mantidos os objetivos de aprendizagem, é prática de gestão da aprendizagem, não alteração dos critérios avaliativos.
- (C) A variação nos formatos de resposta de uma avaliação compromete, por definição, a equivalência dos critérios de correção entre os estudantes.
- (D) A gestão da aprendizagem, sob a perspectiva avaliativa, deve se restringir a contextos de educação inclusiva, não se aplicando a turmas regulares.
- (E) A avaliação somativa, para ser válida, deve utilizar um único instrumento aplicado de forma padronizada a toda a turma.

13. Sobre a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (EPT), à luz da compreensão histórica e sociológica da educação como fenômeno social, assinale a alternativa correta.

- (A) A extensão passou a integrar formalmente a tríade da Rede Federal pela Lei nº 11.892/2008, o que situa sua função como posterior e subordinada às de ensino e pesquisa.
- (B) A pesquisa aplicada, na EPT, orienta-se pela resolução de problemas técnicos do setor produtivo, o que a torna equivalente, quanto à finalidade, à pesquisa básica desenvolvida nas universidades.
- (C) A extensão, historicamente associada à função social das universidades, não encontra equivalente conceitual na trajetória da Rede Federal, voltada, desde sua origem, à formação para o trabalho.
- (D) A perspectiva sociológica da educação como socialização das novas gerações sustenta que a EPT deve concentrar sua atuação social no espaço escolar, mantendo a comunidade externa fora do processo formativo.
- (E) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão expressa a compreensão sociológica da educação como fenômeno que extrapola a escola, incorporando a comunidade externa.

14. No âmbito da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT), a efetivação da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) sob uma abordagem decolonial exige superar a mera democratização do acesso. Para que a inclusão seja plena, o currículo e as práticas pedagógicas devem

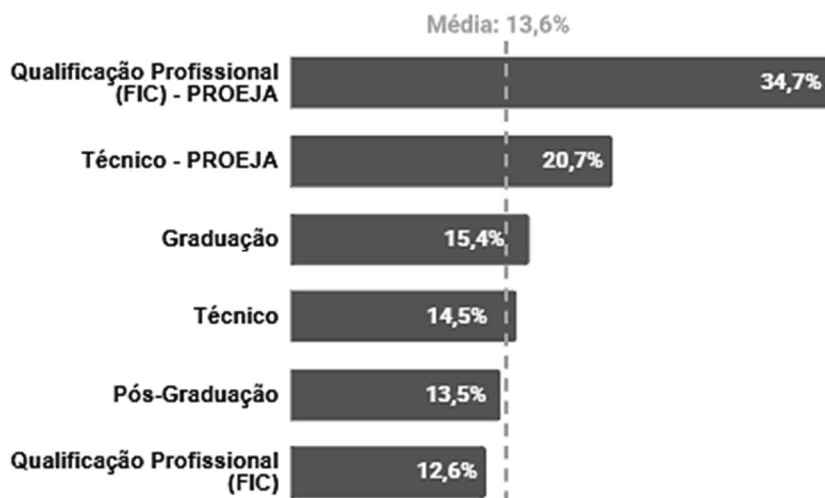
- (A) priorizar os conteúdos científicos e tecnológicos de matriz eurocêntrica consagrados pelo mercado de trabalho, reservando os saberes tradicionais para atividades culturais e datas comemorativas específicas.
- (B) integrar as tecnologias ancestrais, as práticas socioambientais e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais ao núcleo das matrizes curriculares, reconhecendo-os como ciência e inovação legítimas.
- (C) focar na garantia formal da permanência física e na acessibilidade dos estudantes, uma vez que as desigualdades étnico-raciais e as exclusões escolares derivam prioritariamente de fatores socioeconômicos externos à instituição.
- (D) restringir o debate sobre diversidade e inclusão à perspectiva da Educação Especial, destinando a pauta das relações étnico-raciais a projetos interdisciplinares pontuais e extracurriculares.
- (E) pressupor que o simples convívio e a coexistência entre estudantes de diferentes origens no ambiente escolar são suficientes para desconstruir, de forma automática, as hierarquias e os preconceitos historicamente estruturados.

15. Sobre a relação entre currículo prescrito e currículo praticado, e sobre a adaptação curricular à realidade local na perspectiva freiriana, assinale a alternativa correta.

- (A) A organização do trabalho docente, ao operar mediações entre currículo prescrito e currículo praticado, tende a desvirtuar os objetivos formalmente estabelecidos, distanciando o ensino do que fora planejado.
- (B) O currículo praticado em sala de aula tende a reproduzir, sem mediações relevantes, o currículo formalmente prescrito, uma vez que a organização do trabalho docente se pauta pelos documentos oficiais.
- (C) A organização do trabalho docente, ao considerar a realidade local dos estudantes, converte o currículo prescrito em um roteiro apenas orientativo, sem força normativa sobre o planejamento das aulas.
- (D) A adaptação do currículo à realidade local, na perspectiva freiriana, parte do universo cultural dos estudantes para problematizar o conhecimento, sem abrir mão do rigor dos conteúdos.
- (E) A adaptação curricular à realidade local, na perspectiva freiriana, cumpre função motivacional inicial, perdendo centralidade à medida que o conteúdo formal é desenvolvido.

- 16.** O gráfico abaixo, elaborado com base em dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), publicados em 2026, com ano-base 2025, apresenta a taxa de evasão anual por tipo de curso na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Taxa de Evasão Anual por Tipo de Curso



Fonte: PNP - Todas as instituições e ofertas / Ano-base: 2025

Considerando os dados apresentados e os fundamentos normativos e pedagógicos relacionados à democratização do acesso, à garantia de permanência e êxito escolar e à Educação de Jovens e Adultos (EJA), analise as afirmativas a seguir.

- I - O público da EJA é formado, em geral, por pessoas que não puderam concluir os estudos na idade esperada e que hoje conciliam a retomada da vida escolar com o trabalho. Esse perfil ajuda a entender por que o Técnico-PROEJA registrou, em 2025, uma taxa de evasão aproximadamente 40% maior do que a do Técnico regular.
- II - Com base nos dados da Rede Federal do ano-base 2025, observa-se que a taxa de evasão do Técnico-PROEJA e a da Qualificação Profissional (FIC) vinculada ao PROEJA mostram que a maior carga horária dos cursos técnicos amplia a evasão.
- III- O cumprimento do percentual mínimo de dez por cento de vagas destinado ao PROEJA é suficiente para garantir a formação dos estudantes da EJA na Rede Federal, uma vez que assegura seu ingresso nos cursos técnicos integrados a essa modalidade.
- IV - A permanência e o êxito do estudante do PROEJA dependem de ações institucionais como assistência estudantil, organização curricular, horários compatíveis com a rotina de quem trabalha e acolhimento pedagógico ao longo do curso.
- V - Mesmo diante de grandes desafios, as ofertas do PROEJA são estratégicas para a melhoria social, e cabe à instituição atuar nesse sentido por meio de busca ativa e de ações de apoio à conclusão dos estudos e à qualificação profissional desses estudantes.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e V.
- (B) Apenas I, IV e V.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III, IV e V.

17. Em um curso superior de Tecnologia do IFSC, durante uma aula prática de Microbiologia, os estudantes cultivaram microrganismos em meios de cultura. Ao final da atividade, todo o material biológico contaminado (placas de Petri, meios de cultura e utensílios) precisou ser autoclavado antes do descarte ou higienização, para eliminar o risco biológico e evitar a contaminação ambiental e sanitária. A professora se propôs a aproveitar esse momento para trabalhar, com a turma, os temas transversais ambiental e de saúde relacionados ao descarte de resíduos biológicos, à luz das relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e da interdisciplinaridade. Assinale a alternativa que **NÃO** representa uma forma adequada de a professora conduzir essa discussão.

- (A) Relacionar o protocolo de autoclavagem à legislação de resíduos de serviços de saúde, discutindo com a turma as implicações ambientais do descarte incorreto.
- (B) Propor que os estudantes pesquisem, em pequenos grupos, protocolos de biossegurança adotados por diferentes setores produtivos que lidam com resíduos biológicos, comparando-os ao procedimento realizado em aula.
- (C) Convidar um profissional da área de gestão ambiental do câmpus para dialogar com a turma sobre os procedimentos institucionais de destinação de resíduos biológicos.
- (D) Aprofundar os conhecimentos sobre o mecanismo de ação do processo de esterilização e os parâmetros do ciclo da autoclave, da higienização dos materiais e da organização do laboratório após a aula.
- (E) Solicitar que os estudantes relacionem o procedimento de autoclavagem a normas de biossegurança e a princípios de responsabilidade socioambiental da profissão.

18. A articulação entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036) estabelece os parâmetros normativos e as metas estratégicas para o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país. Considerando essa articulação, analise as afirmativas a seguir.

- I - A LDB organiza a EPT em cursos de qualificação profissional, técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior; o PNE (2026-2036), de forma complementar, estabelece a meta de expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio, integrada ou concomitante, até atingir metade dos estudantes matriculados no Ensino Médio, assegurando que, no mínimo, metade dessa expansão ocorra no segmento público.
- II - De acordo com as diretrizes de flexibilização da LDB, o PNE (2026-2036) desvincula a oferta de formação técnica do Ensino Médio regular, determinando que as metas de expansão da EPT sejam atingidas exclusivamente por meio de cursos subsequentes (pós-médio) e de programas de educação a distância (EAD).
- III - A LDB prevê a possibilidade de aproveitamento de estudos e de conhecimentos adquiridos no trabalho para a organização dos cursos de EPT; em consonância, o PNE (2026-2036) estabelece meta de expansão da Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional.
- IV - A LDB permite a oferta de cursos subsequentes de EPT a quem já concluiu o Ensino Médio; o PNE (2026-2036) estabelece meta de expandir essas matrículas, assegurando a qualidade da oferta e a permanência dos estudantes.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

19. Ao reformular a proposta pedagógica de um curso técnico integrado ao Ensino Médio, a equipe de um câmpus do IFSC revisou a articulação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM – Resolução CNE/CEB nº 2/2024) na organização da Formação Geral Básica (FGB) e dos Itinerários Formativos (IFs). Assinale a alternativa correta sobre esse tema.

- (A) A BNCC define os direitos e objetivos de aprendizagem em competências e habilidades; as DCNEM organizam o currículo em FGB e Itinerários Formativos, que devem consolidar e ampliar essas aprendizagens, sem fragmentação em componentes isolados.
- (B) A BNCC define os direitos e objetivos de aprendizagem em competências e habilidades; as DCNEM organizam o currículo em FGB e Itinerários Formativos, cabendo a estes a definição de marcos pedagógicos próprios, autônomos em relação à Base.
- (C) As DCNEM estabelecem carga horária mínima de 2.100 horas para a FGB, flexibilizada para 2.400 horas quando integrada aos Itinerários de Formação Técnica e Profissional, restrita a esse tipo de itinerário.
- (D) As DCNEM estabelecem carga horária mínima de 2.400 horas para a FGB, fixa e não sujeita a flexibilização, independentemente da organização adotada para os Itinerários Formativos.
- (E) As DCNEM permitem que os Itinerários Formativos sejam desenvolvidos de forma independente da FGB, cabendo à instituição avaliar, ao final do curso, se as competências da BNCC foram alcançadas.

20. Ao planejar o componente curricular de Modelagem do Curso Técnico em Têxtil de um câmpus do IFSC, o professor adotou a metodologia de sala de aula invertida: antes do encontro presencial, os estudantes exploram, em ambiente virtual de aprendizagem, tutoriais e simulações digitais sobre *softwares* de modelagem têxtil assistida por computador, reservando o tempo em sala para a resolução de problemas práticos e a discussão orientada pelo docente. Trata-se de uma prática de educação mediada por tecnologias digitais dentro de um curso ofertado na modalidade presencial, construída em articulação com as diretrizes da Política Nacional de Educação Digital (PNED – Lei nº 14.533/2023). Assinale a alternativa correta sobre essa situação.

- (A) A mediação por tecnologias digitais, por si só, já caracteriza metodologia ativa, pois qualquer uso de ambiente virtual desloca automaticamente o protagonismo da aprendizagem para o estudante.
- (B) Por envolver atividades em ambiente virtual fora do horário de aula, a prática caracteriza oferta de Educação a Distância, exigindo registro do componente curricular nessa modalidade junto ao órgão regulador competente.
- (C) O uso de tutoriais e simulações digitais antes do encontro presencial caracteriza metodologia tradicional apenas transposta ao ambiente digital, sem alteração do papel do estudante como receptor do conteúdo.
- (D) A PNED não se aplica a essa situação, pois trata exclusivamente da inclusão digital de populações vulneráveis, não alcançando o planejamento pedagógico de componentes curriculares em cursos técnicos.
- (E) A prática caracteriza educação mediada por tecnologias digitais, distinta da Educação a Distância, articulada ao eixo de Capacitação e Especialização Digital da PNED; o caráter ativo decorre da intencionalidade pedagógica, não da tecnologia em si.

21. A Norma de Higiene Ocupacional – NHO 05 da FUNDA-CENTRO estabelece os procedimentos técnicos para a avaliação da exposição ocupacional aos Raios X em serviços de radiologia. A norma orienta o levantamento radiométrico de salas de equipamentos e a medição da radiação de fuga dos cabeçotes para garantir a segurança dos trabalhadores. Nos procedimentos de avaliação ocupacional aos Raios X nos Serviços de Radiologia, qual dos fatores seguintes **NÃO** deve ser considerado na escolha de um instrumento de medida?

- (A) Tamanho do volume da amostra.
- (B) Estabilidade.
- (C) Sensibilidade.
- (D) Dependência direcional.
- (E) Dependência energética.

22. A Norma de Higiene Ocupacional – NHO 11 da FUNDA-CENTRO – Avaliação dos níveis de iluminamento em ambientes internos de trabalho – se aplica à avaliação do nível de iluminamento em ambientes internos e aborda também outros aspectos e parâmetros para detecção de não conformidades que possam comprometer requisitos de segurança e desempenho eficiente do trabalho. Quanto aos procedimentos de avaliação, analise as afirmativas abaixo.

- I - Avaliação preliminar – consiste na verificação de aspectos como ofuscamento, cintilação, efeito estroboscópico, direcionalidade, sombras excessivas, aparência da cor e contraste.
- II - Abordagem dos locais e das condições de trabalho – consiste em identificar as atividades realizadas e as respectivas áreas das tarefas e áreas de trabalho, a fim de mapear e definir os pontos de avaliação.
- III- Procedimento de medição – consiste em descrever os ambientes de trabalho, incluindo o sistema de iluminação utilizado, tipos de luminárias, de lâmpadas e suas características.
- IV - Equipamentos de medição – consiste em medidor de iluminância (unidade de medição em lux) com fotocélula corrigida para a sensibilidade do olho humano e o ângulo de incidência. O equipamento também deve apresentar especificação técnica, informada pelo fabricante, que permita realizar a medição conforme o tipo de lâmpada utilizada.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e IV.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas I, II e IV.

23. A implementação de um sistema de gestão de Saúde e Segurança Ocupacional – SSO é uma decisão estratégica e operacional para uma organização. A implementação e manutenção de um sistema de gestão de SSO, sua eficácia e sua capacidade de alcançar os resultados pretendidos dependem de uma série de fatores-chave, que podem incluir

- (A) liderança, compromisso, responsabilidades e responsabilização dos trabalhadores envolvidos.
- (B) avaliação esporádica do desempenho e monitoramento do sistema de gestão de SSO.
- (C) alocação dos recursos necessários ao SESMT da organização.
- (D) consulta e participação dos trabalhadores, ou quando existirem, consultores e sindicatos.
- (E) integração do sistema de gestão de SSO nos processos de negócios da organização.

24. A ISO 45001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional define que a alta Direção deve estabelecer, implementar e manter uma política de Saúde e Segurança Ocupacional que inclua os compromissos apresentados nas alternativas abaixo, **EXCETO** em uma delas. Assinale-a.

- (A) Promoção de condições de trabalho seguras e saudáveis para prevenção de lesões e problemas de saúde relacionados ao trabalho.
- (B) Cumprimento de requisitos legais, metas estabelecidas pela gestão SSO e outros requisitos.
- (C) Eliminação de perigos e redução de riscos.
- (D) Melhoria contínua do sistema de gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.
- (E) Consulta e participação dos trabalhadores e, se existirem, dos representantes dos trabalhadores.

25. Segundo a norma ISO 45001, a organização deve estabelecer, implementar e manter um processo para a eliminação de perigos e redução de risco de Saúde e Segurança Ocupacional utilizando os seguintes métodos de controles:

- I. Utilizar equipamento de proteção individual (EPI) adequado.
- II. Utilizar controles de engenharia e reorganização do trabalho.
- III. Eliminar os perigos.
- IV. Utilizar controles administrativos, incluindo treinamento.
- V. Substituir por processos, operações, materiais ou equipamentos menos perigosos.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a hierarquia de controles.

- (A) V – II – IV – III – I
- (B) I – III – V – II – IV
- (C) III – IV – V – II – I
- (D) V – I – III – II – IV
- (E) III – V – II – IV – I

26. Sobre os direitos e deveres dos trabalhadores previstos na NR-01 (Norma Regulamentadora) – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Cabe ao empregado, assumindo os custos, submeter-se aos exames médicos previstos nas Normas Regulamentadoras.
- (B) Cabe ao empregado colaborar com a organização na aplicação das Normas Regulamentadoras.
- (C) Cabe ao empregador informar aos trabalhadores as medidas de prevenção adotadas pela empresa para eliminar ou reduzir tais riscos.
- (D) Cabe ao empregador informar aos trabalhadores os resultados dos exames médicos e de exames complementares de diagnóstico aos quais os próprios trabalhadores forem submetidos.
- (E) Cabe ao empregador informar aos trabalhadores os riscos ocupacionais existentes nos locais de trabalho.

27. Segundo a Norma Regulamentadora – NR-01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, cabe aos empregadores, ouvidos os trabalhadores, a implementação das seguintes medidas de prevenção:

- I. Minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas administrativas ou de organização do trabalho.
- II. Adoção de medidas de proteção individual.
- III. Eliminação dos fatores de risco.
- IV. Minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas de proteção coletiva.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a ordem de prioridade das medidas de prevenção:

- (A) IV – III – I – II
- (B) IV – I – III – II
- (C) III – IV – I – II
- (D) III – IV – II – I
- (E) III – I – IV – II

28. Analise as afirmativas abaixo e assinale-as com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso).

- () O trabalhador, antes de informar ao seu superior hierárquico, não deve interromper suas atividades quando constatar uma situação de trabalho que, a seu ver, por motivos razoáveis, envolva um risco grave e iminente para a sua vida.
- () Todo trabalhador, ao ser admitido ou quando mudar de função que implique alteração de risco, deve receber informações sobre os riscos ocupacionais que existam ou possam originar-se nos locais de trabalho.
- () Cabe ao trabalhador cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador, e ainda submeter-se aos exames médicos previstos nas Normas Regulamentadoras.
- () O trabalhador deve comunicar, imediatamente, ao seu superior hierárquico as situações de trabalho que envolvam um risco grave e iminente para a sua vida ou saúde, bem como de terceiros.
- () O empregador, a seu ver, por motivos razoáveis, pode exigir o retorno dos trabalhadores à atividade mesmo enquanto não sejam adotadas as medidas corretivas da situação de grave e iminente risco.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – V – V – F.
- (B) V – F – F – V – F.
- (C) F – V – V – F – V.
- (D) V – V – F – V – F.
- (E) V – F – V – F – V.

29. De acordo com a Norma Regulamentadora – NR-15 – Atividades e Operações Insalubres da Portaria 3214 de 1978, assinale a alternativa correta.

- (A) O exercício de trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário-mínimo da região, equivalente a 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau médio.
- (B) No caso de incidência de mais de um fator de insalubridade, será considerado o de grau mais elevado, para efeito de acréscimo salarial, podendo ser apreciada a percepção cumulativa.
- (C) A eliminação ou neutralização da insalubridade não determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo.
- (D) A eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer somente com a adoção de medidas de ordem geral que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância.
- (E) O exercício de trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário-mínimo da região, equivalente a 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

30. De acordo com a Lei nº 8.213 de 1991, Acidente do Trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados. Assinale a alternativa que **NÃO** se equipara ao acidente do trabalho.

- (A) O acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho, em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão de obra, somente quando do uso de veículo de propriedade do empregador.
- (B) O acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.
- (C) O acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho.
- (D) O acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.
- (E) O acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho.

31. Sobre as disposições legais previstas na Lei nº 8.213 de 1991, analise as afirmativas abaixo.

- I - Considera-se acidente do trabalho a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
- II - Considera-se acidente do trabalho a doença degenerativa, a inerente a grupo etário ou a que não produza incapacidade laborativa.
- III - Considera-se acidente do trabalho a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.
- IV - Considera-se acidente do trabalho a doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas III e IV.

32. A Norma Regulamentadora – NR-23 – Proteção Contra Incêndios – estabelece medidas de prevenção contra incêndios nos ambientes de trabalho e que toda organização deve adotar medidas de prevenção contra incêndios em conformidade com a legislação estadual. Assinale a alternativa que corresponde à Instrução Normativa (IN) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC) que tem por objetivo orientar o responsável pelo imóvel sobre a manutenção dos Sistemas e Medidas de Segurança contra Incêndio e Pânico.

- (A) IN 1.
- (B) IN 2.
- (C) IN 3.
- (D) IN 4.
- (E) IN 5.

33. De acordo com as orientações do CBMSC, em Instrução Normativa, os extintores **NÃO** devem ser mantidos

- (A) na mesma quantidade e instalados nos locais indicados no Projeto aprovado.
- (B) devidamente fixados (quando em paredes), ou sobre os suportes (quando em piso).
- (C) sinalizados, em local de acesso fácil, principalmente quando obstruídos.
- (D) com componentes externos íntegros (mangueira, difusor, alça de transporte), em recipiente sem corrosão ou deformações.
- (E) pressurizados, com lacre inviolado e etiquetas de instrução legível.

34. A Instrução Normativa IN 9 do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) tem por objetivo estabelecer e padronizar critérios de concepção e dimensionamento das Saídas de Emergência (SE). Em relação à terminologia específica desta IN, o termo “descarga” se refere a

- (A) espaço amplo criado por um andar aberto ou conjuntos de andares abertos, conectando dois ou mais pavimentos cobertos, com fechamento na cobertura, excetuando-se os locais destinados à escada e escada rolante.
- (B) caminho a ser percorrido pelos usuários do pavimento, constituindo a rota de saída horizontal para alcançar a escada, rampa ou área de refúgio.
- (C) local fora da edificação onde as pessoas estão livres de perigo imediato dos efeitos do fogo.
- (D) local no interior da edificação ou estrutura na qual as pessoas têm alguma proteção contra os efeitos do fogo e calor por um período limitado de tempo.
- (E) parte final da saída de emergência de uma edificação que conecta a escada, rampa ou corredor ao logradouro público ou à área externa da edificação.

35. A Instrução Normativa – IN do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) que tem por objetivo estabelecer e padronizar critérios de concepção e dimensionamento do Sistema Preventivo por Extintores (SPE) é

- (A) IN 3.
- (B) IN 6.
- (C) IN 7.
- (D) IN 10.
- (E) IN 11.

36. De acordo com o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC, o choque é uma reação do organismo a uma condição na qual o sistema circulatório não fornece circulação suficiente para cada parte vital do organismo. Um choque, se não tratado imediatamente, vai agravando-se e gera uma diminuição da Pressão Arterial (PA); posteriormente, uma falha na circulação, falha no coração e, finalmente, uma parada cardíaca e a morte do paciente. O choque anafilático é definido como uma reação alérgica a

- (A) medicamentos, insetos, comida, substância tóxicas.
- (B) substâncias tóxicas, inflamáveis, animais, pólen de flores.
- (C) medicamentos, insetos, pólen de flores, substâncias.
- (D) insetos, bebidas alcoólicas, poeira, medicamentos.
- (E) medicamentos, insetos, bebidas alcoólicas, substância ácidas.

37. De acordo com o Curso Noções de Primeiros Socorros para Profissionais da Educação do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, em uma situação de emergência, quais os princípios básicos para garantir um bom atendimento, respectivamente?

- (A) Ligar 109, manter a calma e avaliar a cena.
- (B) Garantir a própria segurança, manter a calma e avaliar a cena.
- (C) Manter a calma, ligar para 193 e garantir a própria segurança.
- (D) Manter a calma, avaliar a cena e garantir a própria segurança.
- (E) Garantir a própria segurança, avaliar a cena e ligar 193.

38. Segundo a Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10), em relação à segurança, as instalações elétricas somente serão consideradas desenergizadas e liberadas para trabalho mediante os procedimentos apropriados, na sequência adequada. Assinale a alternativa que apresenta essa sequência adequada de procedimentos.

- (A) Seccionamento ou desligamento; constatação da ausência de tensão; impedimento de reenergização; constatação de ausência de tensão para a instalação de aterramento temporário com equipotencialização dos condutores dos circuitos; proteção dos elementos energizados existentes na zona controlada e proteção dos trabalhadores para os efeitos do arco elétrico; instalação da sinalização de impedimento de reenergização; delimitação e sinalização da área de trabalho.
- (B) Delimitação e sinalização da área de trabalho; constatação da ausência de tensão; impedimento de reenergização; constatação de ausência de tensão para a instalação de aterramento temporário com equipotencialização dos condutores dos circuitos; proteção dos elementos energizados existentes na zona controlada e proteção dos trabalhadores para os efeitos do arco elétrico; seccionamento ou desligamento; instalação da sinalização de impedimento de reenergização.
- (C) Seccionamento ou desligamento; delimitação e sinalização da área de trabalho; constatação da ausência de tensão; proteção dos elementos energizados existentes na zona controlada e proteção dos trabalhadores para os efeitos do arco elétrico; impedimento de reenergização; constatação de ausência de tensão para a instalação de aterramento temporário com equipotencialização dos condutores dos circuitos; instalação da sinalização de impedimento de reenergização.
- (D) Delimitação e sinalização da área de trabalho; impedimento de reenergização; seccionamento ou desligamento; constatação de ausência de tensão para a instalação de aterramento temporário com equipotencialização dos condutores dos circuitos; proteção dos elementos energizados existentes na zona controlada e proteção dos trabalhadores para os efeitos do arco elétrico; instalação da sinalização de impedimento de reenergização; constatação da ausência de tensão.
- (E) Seccionamento ou desligamento; constatação da ausência de tensão; delimitação e sinalização da área de trabalho; impedimento de reenergização; constatação de ausência de tensão para a instalação de aterramento temporário com equipotencialização dos condutores dos circuitos; proteção dos elementos energizados existentes na zona controlada e proteção dos trabalhadores para os efeitos do arco elétrico; instalação da sinalização de impedimento de reenergização.

39. São consideradas atividades e operações perigosas as constantes dos Anexos da Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16) da Portaria 3214, de 1978, sendo que o exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) incidente sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa. O Anexo 4 da NR 16 define as atividades e operações perigosas com energia elétrica. De acordo com este anexo, **NÃO** é devido o pagamento do adicional em qual situação?

- (A) Nas atividades ou operações no sistema elétrico de consumo em instalações, ou equipamentos elétricos desenergizados e liberados para o trabalho, sem possibilidade de energização acidental, conforme estabelece a NR-16).
- (B) Nas atividades ou operações no sistema elétrico de potência em instalações, ou equipamentos elétricos energizados e liberados para o trabalho, sem possibilidade de energização acidental, conforme estabelece a NR-10.
- (C) Nas atividades ou operações no sistema elétrico de potência em instalações, ou equipamentos elétricos desenergizados e liberados para o trabalho, sem possibilidade de energização acidental, conforme estabelece a NR-10.
- (D) Nas atividades ou operações no sistema elétrico de consumo em instalações, ou equipamentos elétricos desenergizados e liberados para o trabalho, sem possibilidade de energização acidental, conforme estabelece a NR-10.
- (E) Nas atividades ou operações no sistema elétrico de potência em instalações, ou equipamentos elétricos desenergizados para o trabalho, sem possibilidade de energização acidental, conforme estabelece a NR-10.

- 40.** As figuras 1 e 2 a seguir mostram dois equipamentos bastante utilizados para realizar medições na higiene ocupacional e na segurança do trabalho.

Figura 1



Figura 2



Os equipamentos das figuras 1 e 2 são conhecidos, respectivamente, como

- (A) medidor de stress térmico e audiodosímetro.
- (B) audiodosímetro e luxímetro.
- (C) medidor de vibração ocupacional e audiodosímetro.
- (D) medidor de stress térmico e luxímetro.
- (E) medidor de vibração ocupacional e luxímetro.

- 41.** A Lei nº 8.213/1991, em seu artigo 20, estabelece a equiparação da doença profissional e da doença do trabalho ao acidente do trabalho, para fins previdenciários. Com base na classificação legal adotada pela referida lei e pelo Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/1999), assinale a alternativa correta acerca das doenças ocupacionais.

- (A) Doença profissional é definida como aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade, constando em lista elaborada pelo Ministério da Saúde. Já a doença do trabalho é aquela adquirida em razão de condições especiais em que o trabalho é realizado, desde que também prevista em lista oficial.
- (B) A doença do trabalho, para fins de enquadramento legal, exige necessariamente a comprovação de nexos causal técnico por meio de exame pericial, não se admitindo a caracterização por nexos técnico epidemiológico previdenciário (NTEP).
- (C) As doenças endêmicas contraídas pelo trabalhador em região onde a atividade laboral é exercida são sempre equiparadas a acidente do trabalho, independentemente de comprovação de agravamento pelas condições laborais.
- (D) A doença ocupacional, mesmo que não conste expressamente nas listas regulamentares, poderá ser reconhecida como tal por meio de perícia médica do INSS, desde que comprovada a relação de causa e efeito entre a atividade laboral e a patologia.
- (E) O tempo de contribuição para fins de aposentadoria especial é computado em dobro quando o trabalhador for acometido por doença ocupacional que resulte em incapacidade temporária superior a 15 dias.

42. O Engenheiro de Segurança do Trabalho, ao elaborar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) previsto na NR-7, deve considerar os riscos ocupacionais identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme a NR-1. No contexto das doenças relacionadas ao trabalho, o Ministério da Saúde classifica tais patologias em três grupos, conforme a natureza do nexo causal. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a classificação e a definição dos grupos de doenças relacionadas ao trabalho.

- (A) Grupo I – doenças em que o agente causal é obrigatoriamente ocupacional; Grupo II – doenças multifatoriais em que o trabalho pode ser um dos fatores de risco; Grupo III – doenças em que o trabalho é fator agravante, mas não determinante.
- (B) Grupo I – doenças em que o trabalho é fator de risco determinante, com nexo causal necessário; Grupo II – doenças multifatoriais em que o trabalho pode contribuir como fator de risco, mas não é determinante; Grupo III – doenças em que o trabalho é fator agravante ou descompensador de patologia preexistente.
- (C) Grupo I – doenças exclusivamente de origem ambiental; Grupo II – doenças ocupacionais típicas; Grupo III – doenças degenerativas sem qualquer relação ao trabalho.
- (D) Grupo I – doenças com nexo causal epidemiológico presumido; Grupo II – doenças com nexo causal técnico específico; Grupo III – doenças sem qualquer relação com o trabalho, incluídas apenas para fins estatísticos.
- (E) Grupo I – doenças mentais e comportamentais; Grupo II – doenças musculoesqueléticas; Grupo III – doenças respiratórias e dermatológicas.

43. Considere as seguintes assertivas acerca do Controle de Perdas (Loss Control) e dos modelos clássicos de prevenção de acidentes.

- I - O conceito de Controle de Perdas, desenvolvido por Frank Bird Jr., amplia a abordagem tradicional de prevenção de acidentes, abrangendo não apenas as lesões pessoais, mas também os danos à propriedade, os custos com seguros, as perdas de produção e os impactos ambientais.
- II - Segundo o modelo de Controle de Perdas, os custos diretos (segurados) dos acidentes de trabalho são, em geral, superiores aos custos indiretos (não segurados), razão pela qual a gestão deve priorizar a redução dos primeiros em detrimento dos segundos.
- III- A Teoria do Dominó, inicialmente proposta por H.W. Heinrich e posteriormente adaptada por Frank Bird Jr., estabelece que os acidentes resultam de uma sequência linear de eventos, sendo a "falta de controle" o primeiro dominó no modelo de Bird, que antecede as causas básicas e as causas imediatas.
- IV - O modelo clássico de Controle de Perdas, conforme sistematizado por Frank Bird Jr., estrutura-se em cinco etapas fundamentais: identificação dos perigos, avaliação dos riscos, desenvolvimento de controles, implementação de medidas e monitoramento contínuo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

44. Considere as seguintes assertivas acerca da evolução histórica da segurança do trabalho no Brasil.

- I - O Decreto nº 1.313, de 1891, é reconhecido como o primeiro diploma legal brasileiro a instituir a obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) em todos os ambientes fabris do país, independentemente do ramo de atividade ou do porte do estabelecimento.
- II - A Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, representou um marco na legislação brasileira de segurança e saúde no trabalho, ao alterar substancialmente o Capítulo V da CLT e ao possibilitar a edição, em 1978, das primeiras Normas Regulamentadoras (NRs) pelo Ministério do Trabalho, consolidando o arcabouço normativo da área.
- III - A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, já em sua redação original dedicava o Capítulo V exclusivamente à Segurança e à Medicina do Trabalho, contemplando a obrigatoriedade de constituição de CIPA e de SESMT para todos os estabelecimentos, independentemente do número de empregados.
- IV - A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro diploma legal brasileiro a tratar expressamente da redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança, elevando tais direitos ao patamar constitucional, conforme disposto em seu artigo 7º, inciso XXII.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) I, II, III e IV.

45. A Segurança e Saúde no Trabalho (SST) não se restringe ao cumprimento de normas técnicas e legais, constituindo-se também em relevante instrumento de política pública e de gestão estratégica empresarial. Nesse contexto, o Estado brasileiro, buscando alinhar os interesses econômicos das empresas à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, instituiu mecanismos de precificação que vinculam a contribuição previdenciária ao desempenho individualizado de cada empresa em matéria de segurança do trabalho. Com base nessa perspectiva, assinale a alternativa que completa corretamente o raciocínio apresentado.

- (A) O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) é um índice atribuído a cada empresa com base na frequência e gravidade dos acidentes de trabalho registrados, aplicando-se sobre a alíquota do Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT/RAT), de modo que empresas com melhor desempenho em SST pagam menos e empresas com pior desempenho pagam mais, criando um incentivo econômico direto à prevenção.
- (B) O Nexó Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) foi criado exclusivamente para ampliar a arrecadação do INSS, permitindo que o governo reconheça automaticamente como acidente do trabalho todas as patologias apresentadas por trabalhadores de qualquer setor econômico, independentemente da correlação estatística entre a atividade e a doença.
- (C) Os custos indiretos dos acidentes de trabalho – como perda de produção, tempo de supervisores em investigações, danos à imagem e treinamento de substitutos – são, em regra, integralmente cobertos pelo seguro contra acidentes do trabalho, razão pela qual as empresas não possuem estímulo econômico direto para investir em prevenção além do mínimo legal exigido.
- (D) A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, prevista na legislação vigente, estabelece que a prevenção de acidentes é responsabilidade exclusiva dos trabalhadores, cabendo ao empregador apenas fornecer os equipamentos de proteção individual, sem qualquer obrigação de implementar medidas coletivas de controle de riscos.
- (E) O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) é calculado com base exclusivamente no número de afastamentos superiores a 15 dias, sem considerar a gravidade dos acidentes, e é aplicado sobre o salário de contribuição do trabalhador, e não sobre a alíquota devida pela empresa ao SAT/RAT.

46. A Segurança e Saúde no Trabalho (SST) no Brasil é estruturada sobre um sistema de responsabilidades compartilhadas, no qual diferentes atores desempenham papéis complementares na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. A legislação trabalhista e previdenciária, bem como as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, definem com precisão as competências e os deveres de cada um desses agentes. Com base no arcabouço legal e normativo vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) O trabalhador tem o dever legal de cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalho, inclusive as ordens do empregador sobre a realização de atividades que exponham o trabalhador a riscos graves e iminentes, sob pena de caracterização de ato de insubordinação e justa causa.
- (B) O empregador é o único responsável pela prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, cabendo-lhe integralmente o ônus financeiro de todas as medidas de proteção, sem qualquer possibilidade de responsabilização do trabalhador por descumprimento de normas de segurança, ainda que este tenha agido com culpa exclusiva.
- (C) A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) tem como atribuição primordial a elaboração de regulamentos internos de segurança, a fiscalização do cumprimento das normas e a aplicação de penalidades aos trabalhadores que descumprirem procedimentos de segurança, inclusive com poder de suspender atividades de risco.
- (D) Os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) têm caráter preventivo e atuam na identificação, avaliação e controle de riscos ocupacionais, cabendo-lhes, entre outras atribuições, analisar os acidentes ocorridos, propor medidas corretivas e promover a educação e conscientização dos trabalhadores.
- (E) O Auditor-Fiscal do Trabalho, ao constatar irregularidades relacionadas à segurança e saúde no trabalho, possui competência exclusiva para interditar estabelecimentos, máquinas ou equipamentos, mas não pode aplicar multas administrativas, uma vez que a aplicação de sanções pecuniárias é atribuição exclusiva do Ministério Público do Trabalho.

47. O sistema de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) no Brasil articula um conjunto de agentes, documentos e obrigações cujas competências são delimitadas pela legislação trabalhista, previdenciária e pelas Normas Regulamentadoras. A correta identificação do responsável por cada atribuição é essencial para a conformidade legal e para a efetividade da gestão preventiva. Numere a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando os agentes e as entidades da SST com suas respectivas atribuições.

- (1) Empregador
 - (2) SESMT
 - (3) Engenheiro de Segurança do Trabalho
 - (4) CIPA
 - (5) Perícia Médica Federal (INSS)
-
- () Emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, bem como elaborar e manter atualizado o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) de cada trabalhador exposto a agentes nocivos.
 - () Elaborar o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), documento de natureza previdenciária destinado a comprovar a exposição ou não a agentes nocivos, devendo ser assinado por profissional legalmente habilitado com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) perante o CREA.
 - () Analisar e registrar, em documento específico, todos os acidentes ocorridos na empresa, com ou sem vítima, e todos os casos de doença ocupacional, descrevendo a história e as características do acidente, os fatores ambientais, as características do agente e as condições do indivíduo acidentado ou portador de doença ocupacional.
 - () Participar da análise do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) para avaliação do seu desenvolvimento e propor ajustes nas estratégias de prevenção, conforme estabelecido na NR-1, que lhe confere atuação consultiva nas etapas de identificação de perigos, avaliação de riscos e elaboração do plano de ação.
 - () Realizar a caracterização técnica do nexo causal entre a doença ou o acidente e a atividade laboral do segurado, utilizando critérios clínicos, ocupacionais e epidemiológicos, podendo valer-se da presunção relativa estabelecida pelo Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP).

A sequência numérica correta de preenchimento dos parênteses da segunda coluna, de cima para baixo, é

- (A) 1 – 3 – 2 – 4 – 5.
- (B) 2 – 3 – 1 – 4 – 5.
- (C) 1 – 2 – 3 – 5 – 4.
- (D) 3 – 1 – 2 – 4 – 5.
- (E) 1 – 3 – 4 – 2 – 5.

48. Uma indústria química localizada no município de Joinville – SC, com 450 trabalhadores distribuídos em três turnos, contratou um Engenheiro de Segurança do Trabalho para elaborar o Plano de Atendimento a Emergências (PAE) da planta. Durante o diagnóstico inicial, o profissional identificou que a empresa não possuía brigada de incêndio constituída, não realizava exercícios simulados de evacuação e não havia mapeado cenários de emergência envolvendo vazamento de produtos químicos perigosos. Considerando as técnicas de prevenção e controle de catástrofes e emergências, a NR-23, a Lei Complementar Estadual nº 16.157/2013 e as Instruções Normativas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), assinale a alternativa correta.

- (A) A NR-23 determina que as medidas de prevenção contra incêndios nos ambientes de trabalho devem observar exclusivamente as normas técnicas oficiais da ABNT, sendo as Instruções Normativas do CBMSC de observância facultativa e de caráter meramente orientativo para edificações industriais.
- (B) O Plano de Atendimento a Emergências é exigido apenas para edificações classificadas como de alto risco pela legislação estadual, sendo dispensável para indústrias químicas de médio risco, desde que estas possuam sistema de alarme e detecção de incêndio em conformidade com a legislação aplicável.
- (C) Os exercícios simulados de evacuação, previstos nas Instruções Normativas do CBMSC, são de realização facultativa e dependem exclusivamente da avaliação subjetiva do responsável técnico pela segurança contra incêndio da edificação, não havendo periodicidade mínima estabelecida pela legislação estadual.
- (D) A brigada de incêndio, conforme as Instruções Normativas do CBMSC, deve ser composta exclusivamente por profissionais com formação em Engenharia de Segurança do Trabalho, sendo vedada a participação de trabalhadores voluntários da própria empresa, ainda que devidamente treinados e capacitados.
- (E) Em Santa Catarina, a NR-23 exige conformidade com a legislação estadual, e as Instruções Normativas do CBMSC – em especial a IN nº 28 – disciplinam a composição da brigada de incêndio, a formação de brigadistas em níveis básico, intermediário e avançado, bem como a elaboração do PAE com mapeamento de cenários, procedimentos de evacuação e realização periódica de exercícios simulados.

49. No âmbito do dimensionamento do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), a Norma Regulamentadora nº 4 (NR-4) estabelece requisitos mínimos relacionados à presença de profissionais habilitados e à prestação de assistência à saúde dos trabalhadores. Dentre esses requisitos, a norma trata especificamente da obrigatoriedade de disponibilização de pessoa(s) treinada(s) em primeiros socorros nos locais de trabalho, bem como da manutenção de material adequado para essa finalidade.

De acordo com as disposições da NR-4 e os princípios gerais de primeiros socorros aplicáveis ao ambiente laboral, considere a frase abaixo.

"De acordo com a NR-4, as empresas estão obrigadas a manter, em cada turno de trabalho, pelo menos _____ em primeiros socorros, desde que _____."

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase acima.

- (A) uma pessoa treinada – o número de empregados do estabelecimento seja igual ou superior a vinte, independentemente do grau de risco da atividade
- (B) duas pessoas treinadas – a empresa possua mais de cinquenta empregados e esteja enquadrada em grau de risco 3 ou 4, conforme o Quadro II da NR-4
- (C) uma pessoa treinada – o número de empregados do estabelecimento seja igual ou superior a vinte, ou quando o grau de risco da atividade, combinado ao número de empregados, exija a existência de enfermeiro do trabalho no dimensionamento do SESMT
- (D) três pessoas treinadas – a empresa esteja enquadrada em grau de risco 4, independentemente do número de empregados, sendo obrigatória a presença de médico do trabalho em tempo integral
- (E) uma pessoa treinada – o estabelecimento possua mais de dez empregados e que a atividade desenvolvida esteja enquadrada em grau de risco 2 ou superior, conforme o Quadro II da NR-4

50. Uma indústria de laticínios, com 180 empregados, contratou um Engenheiro de Segurança do Trabalho para assessorar a adequação às normas de segurança e saúde no trabalho. A unidade fabril possui 60 trabalhadores atuando diretamente na manipulação de alimentos, incluindo etapas de envase, embalagem e armazenamento de produtos lácteos. Durante a análise do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), o engenheiro identificou a necessidade de revisar os protocolos de monitoramento da saúde dos manipuladores, considerando os riscos biológicos inerentes à atividade e a interface entre a saúde ocupacional e a segurança do processo produtivo alimentar, em conformidade com a NR-7, a NR-9 e as demais normas aplicáveis.

Considerando as disposições normativas sobre medicina do trabalho e os riscos ocupacionais em indústrias de alimentos, assinale a alternativa correta.

- (A) O PCMSO, conforme a NR-7, deve contemplar obrigatoriamente apenas os exames admissionais e demissionais para os trabalhadores que atuam na manipulação de alimentos, sendo os exames periódicos exigidos exclusivamente para os trabalhadores que operam máquinas e equipamentos no setor produtivo.
- (B) Os exames complementares a serem incluídos no PCMSO são definidos exclusivamente pelo Médico do Trabalho coordenador do programa, a seu critério clínico, independentemente dos riscos ocupacionais identificados no PGR e na avaliação de riscos biológicos realizada conforme a NR-9.
- (C) O Engenheiro de Segurança do Trabalho possui competência legal para emitir o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) para os trabalhadores da indústria alimentícia, desde que os exames complementares tenham sido realizados em laboratório credenciado e os resultados estejam dentro dos parâmetros de normalidade.
- (D) Trabalhadores diagnosticados com doenças infectocontagiosas que possam ser transmitidas aos demais empregados ou que representem risco à segurança do processo produtivo alimentar podem continuar exercendo atividades de manipulação, desde que utilizem EPIs adequados às vias de transmissão e sejam submetidos a exames periódicos com intervalo reduzido.
- (E) O PCMSO deve contemplar exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais para todos os trabalhadores, e os exames complementares devem ser definidos com base nos riscos ocupacionais identificados no PGR, incluindo os riscos biológicos avaliados conforme a NR-9, devendo ser avaliada a aptidão do trabalhador a cada exame e, quando identificada condição de saúde que represente risco à segurança do processo produtivo, proceder-se ao afastamento temporário até a comprovação de condições de retorno, mediante nova avaliação médica ocupacional.

Prova discursiva**Leia o texto a seguir:**

"Na educação, a IA transformou a relação tradicional entre professor e estudante em uma dinâmica entre professor, IA e estudante (...). O uso de IA na educação sem a devida orientação pedagógica pode fragilizar o desenvolvimento intelectual dos estudantes. O objetivo de usar IA na educação deve ir além de apenas fornecer acesso a informação e respostas padronizadas, caminhando em direção ao enriquecimento da investigação, do desenvolvimento intelectual e da capacitação."

Adaptado de: UNESCO. *Marco referencial de competências em IA para professores*. 16 jul. 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/arti-cles/marco-referencial-de-competencias-em-ia-para-professores>. Acesso em: julho de 2026.

Situação-problema:

Em uma unidade curricular do IFSC, por solicitação do professor, os estudantes utilizaram inteligência artificial generativa na realização de uma atividade aplicada. Alguns apresentaram produtos tecnicamente sofisticados, mas demonstraram dificuldades para justificar decisões, validar informações e relacionar os resultados aos conhecimentos trabalhados. Outros relataram limitações de acesso e de fluência digital.

Questão discursiva:

Com base no texto e na situação-problema apresentados acima, redija um texto dissertativo-argumentativo único (sem topicalização), na modalidade-padrão da língua portuguesa, estruturado de forma coerente e coesa, com extensão mínima de 10 linhas e máxima de 15 linhas, que:

- a) analise o problema e proponha uma estratégia de avaliação aplicável a um conteúdo ou prática da área para a qual você concorre, assegurando que o uso da IA generativa esteja pedagogicamente delimitado;
- b) indique as evidências que permitirão reconhecer a aprendizagem e a autoria do estudante e como a estratégia considerará as diferenças de acesso e de fluência digital;
- c) articule a proposta à avaliação da aprendizagem e a um destes fundamentos: inclusão educacional, educação mediada por tecnologias ou relações entre ciência, tecnologia e sociedade (CTS).

RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO

01.	
02.	
03.	
04.	
05.	
06.	
07.	
08.	
09.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO